

Educação quilombola em Paracatu (MG): o papel da extensão e da pesquisa na Universidade Federal de Uberlândia (2016-2018)

Quilombola education in Paracatu (MG): the role of extension course and research in the Federal University of Uberlândia (2016-2018)

Lara Luisa Silva Gomes Franco¹

RESUMO

Este artigo é fruto de uma dissertação de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Aborda a efetivação das Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola dentro da comunidade remanescente de quilombo São Domingos, em Paracatu, Minas Gerais. Trata-se de estudo qualitativo, etnográfico e interligado à pesquisa-ação, para o qual foram utilizadas as técnicas de revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas. Os procedimentos metodológicos constam da atuação inicial da pesquisadora em campo, coordenando o projeto de extensão denominado “Estágio Interdisciplinar de Vivência Quilombola”. Este artigo ressalta uma das contribuições mais importantes da dissertação, descrevendo o papel da universidade no cumprimento de uma das metas da política de extensão e do Plano Nacional de Pós-Graduação e sua contribuição para a justiça social no país diante da necessidade de ampliar os direitos das comunidades quilombolas, inclusive a educação escolar. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética sob o número 61090516.3.0000.5152.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola. Pesquisa e extensão universitária.

ABSTRACT

The article is the result of a master's dissertation developed under the Graduate Program in Education at Federal University Uberlândia. It addresses the implementation of Curriculum Guidelines for School Education within the remaining quilombo community São Domingos, in Paracatu, State of Minas Gerais, Brazil. This is a qualitative, ethnographic study and linked to action research, in which we used the techniques of literature review, document analysis and interviews. The methodological procedures are part of the researcher's initial role in the field, coordinating the extension project called “Interdisciplinary Internship Quilombola Experience”. This article highlights one the dissertation's most important contributions, describing the university's role in meeting one of the goals of the extension policy and the National Graduate Plan and its contribution to social justice in the country in the face of the necessity to expand the rights of quilombola communities, including school education. The study was approved by the Ethics Committee under number 61090516.3.0000.5152.

Keywords: Quilombola community. Research and university extension.

¹ Mestra em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; orientadora educacional efetiva na Secretaria de Educação de Minas Gerais, professora da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Abaeté, Minas Gerais, Brasil (laraluisa4@gmail.com).

INTRODUÇÃO

Carbonari e Pereira (2007) explicam que a extensão universitária no Brasil teve suas primeiras experiências entre 1911 e 1917, na Universidade Livre de São Paulo. No decorrer do tempo, devido às transformações do papel das universidades brasileiras, bem como da política nacional, ela assumiu diferentes perfis. Em 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproext), com o intuito de precisar esse conceito e organizar a extensão como um órgão próprio nos institutos de ensino. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e o Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEXT, 2001) “retomam a questão da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão fazendo com que as IES repensem sua função social colocando em pauta a natureza de suas atividades-fim” (CARBONARI; PEREIRA, 2007, p. 24).

O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001-2010, em suas metas 21 e 23, instituiu a “obrigatoriedade de 10% dos créditos curriculares exigidos para a graduação, integralizados em ações extensionistas”. Já no PNE de 2014-2023, em sua estratégia 7 da meta 12, a proposta avança com a seguinte redação: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2001, 2014).

A interação com as comunidades remanescentes de quilombo inclui-se no conjunto de ações extensionistas da Universidade Federal de Uberlândia em várias perspectivas. Uma delas é o projeto de extensão denominado Primeiro Estágio Interdisciplinar de Vivência em Comunidades Quilombolas no Brasil. É uma iniciativa que visa o desenvolvimento de aprendizagens significativas em campo, com foco na participação dos graduandos da UFU, aberto também à comunidade acadêmica em geral. Foi nossa atuação, coordenando este projeto, em 2016, que nos motivou a desenvolver uma pesquisa-ação com a comunidade São Domingos, em Paracatu, noroeste de Minas Gerais.

O estágio contou com a participação dos estudantes das disciplinas Racismo e educação: desafios para a formação docente e política e Gestão da educação, ofertadas nos cursos de graduação em Pedagogia, Música e Biologia da UFU, pelo Prof. Dr. Benjamin Xavier de Paula. Além deles, participaram outros discentes, professores, servidores, movimentos sociais

e ativistas interessados na proposta. O foco foi a imersão dos sujeitos da universidade e na vida cotidiana da comunidade (GRADUANDOS DA UFU..., 2016).

A metodologia de desenvolvimento do Projeto de Extensão Estágio de Vivência ampara-se na perspectiva de uma Pedagogia das Africanidades e das Práticas Pedagógicas Griôs.² Alarga-se pela imersão de discentes dos cursos de licenciatura em um período de vivência com a comunidade por meio do qual experienciam, junto com ela, ações educativas que acontecem naquele espaço e abrangem o diálogo entre educação não formal e formal.

A vivência, nesse caso, aconteceu no período de 16 a 18 de junho de 2016, a partir de rodas de conversa que geraram momentos de integração cultural e social em diversos espaços da comunidade. Diante da realidade observada e do interesse comunitário, passamos a desenvolver uma pesquisa-ação, com participação em campo até maio de 2017.

Uma das metodologias de pesquisa utilizadas na dissertação que originou esse artigo foi a pesquisa-ação, e o projeto de extensão constituiu um dos instrumentos. A pesquisa-ação é uma modalidade de intervenção coletiva, inspirada nas técnicas de tomada de decisão que associam atores e pesquisadores em procedimentos conjuntos de ação. Para Barbier (2004), o método de pesquisa-ação é o da espiral, com fases de planejamento, ação, observação e reflexão. Esses períodos requerem sempre um novo planejamento da ação em curso. O rigor da pesquisa-ação, todavia, repousa na coerência lógica.

Tripp (2005), por sua vez, considera que uma pesquisa-ação pode ser socialmente crítica e política, duas modalidades particulares que se sobrepõem. Isso porque, no trabalho para mudar ou para contornar limitações, aquilo que se pode fazer comumente é resultado de uma mudança no sentido de poder pensar a respeito do valor e da política das limitações. Segundo o autor, não se trata de buscar modos de fazer melhor alguma coisa que já se faz, mas de tornar cada pedaço de mundo um lugar melhor em termos de justiça social, geralmente associada na literatura a maior igualdade, melhoria no atendimento às necessidades das pessoas, tolerância e compreensão mútuas. Mora aí um grande desafio: passar da teoria-prática para resultados.

² Segundo Lilian Pacheco (2006), a pedagogia Griô é uma facilitadora de rituais de vínculos e aprendizagem entre idades, entre escola e comunidade, entre grupos étnicos-raciais, saberes ancestrais de tradição oral e as ciências e tecnologias universais. Trabalha por meio de um método de encantamento, vivencial, dialógico e partilhado para elaboração de conhecimento e de um projeto de comunidade/humanidade que tem como foco a expressão da identidade, o vínculo com a ancestralidade e a celebração da vida.

Conforme Barbier (2004) e Thiollent (1998) ensinam, a pesquisa-ação é a alternativa metodológica que permite mudança *in loco* de intervenção. Esse tipo de busca está categorizado na linha interpretativa, sendo, pois, de natureza argumentativa, na qual a interpretação da realidade observada e as ações transformadas são objeto de futuras deliberações no local pesquisado. A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica, concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo. Nessa perspectiva, pesquisadoras/es e participantes representativas/os da situação ou problema se envolvem de modo cooperativo e participativo.

Para Thiollent (1998), essa abordagem é uma forma de experimentação em circunstância real, em que as/os pesquisadoras/es intervêm conscientemente. E as investigações da linha interpretativista pressupõem que a observação e interpretação de quem pesquisa jamais sejam independentes de sua formação, de suas experiências anteriores e da própria “imersão” na situação investigada. Essa abordagem dialoga com outras metodologias e considera os procedimentos de revisão bibliográfica, conforme dispõem Gil (2002) e Lima e Miotto (2007); e observação em campo, à luz de Lakatos e Marconi (1996). Recorre também à pesquisa qualitativa, sob a ótica de Triviños (1987); e à etnográfica, segundo Arruti (2006).

Nossos instrumentos de investigação compreenderam: a) fontes bibliográficas, como livros e trabalhos acadêmicos e artigos científicos; b) fontes documentais, incluindo legislação e políticas específicas sobre o tema; documentos e registros históricos no Arquivo Público Municipal de Paracatu (MG); c) fontes orais, em entrevistas semiestruturadas com líderes das duas associações; e d) o Projeto de Extensão Estágio de Vivência Quilombola, a partir do qual identificamos inúmeras necessidades e a falta de informação sobre ações afirmativas na comunidade quilombola de São Domingos.

Desenvolveram-se também nesse período várias ações afirmativas em benefício da comunidade e da cidade, que se desdobraram em conquistas para a demanda dos sujeitos, inclusive após o término da pesquisa.

Campo de atuação

O município de Paracatu está localizado na região noroeste do estado de Minas Gerais, onde se encontram cinco comunidades remanescentes de quilombo certificadas pela Fundação Cultural Palmares. A cidade se desenvolveu a partir do ciclo do ouro, desde 1586, com

fundação datada de 20 de outubro de 1798. Hoje, com 221 anos, é a cidade mais antiga do noroeste e Alto Paranaíba. Sua população se formou por migrantes europeus e africanos que vieram trabalhar na mineração e muitos que chegaram antes dela, além de poucos indígenas.

A economia local hoje se baseia em atividades como mineração de ouro e zinco, agricultura, pecuária e comércio. Por ser uma cidade muito antiga, ainda preserva um belo patrimônio histórico e cultural, com casarões centenários, Casa de Cultura, Academia de Letras, museus, bibliotecas públicas e igrejas centenárias.

Com sua história centenária, Paracatu foi palco de resistência ao regime escravocrata, por isso contou com muitas irmandades negras, igrejas construídas para essa população, mulheres negras com título de fidalgas e comunidades quilombolas. A Fundação Palmares identifica atualmente cinco comunidades quilombolas: Cercado, Família dos Amaros, Machadinho, Pontal e São Domingos. O foco desta pesquisa é a última, localizada a 8 km do centro de Paracatu. É basicamente uma comunidade rural/urbana e agrícola, pois seus moradores cultivam hortas, fabricam rapadura, plantam milho e cana-de-açúcar, comercializam sua culinária e criam pequenos rebanhos de gado. São Domingos não possui saneamento básico, água tratada nem posto de saúde. A única escola que havia no local foi desativada em 2001 e totalmente paralisada em 2009, devido ao processo de nucleação (explicado adiante) das escolas rurais³ e a conflitos locais.

Algumas ruas da comunidade são asfaltadas e possuem energia elétrica. Há aproximadamente 25 anos sua maior renda vinha do garimpo de ouro, mas após a descoberta de um volume maior de ouro e outros minerais na comunidade, boa parte de suas terras foi vendida para a antiga Mineração Rio Paracatu, que hoje faz parte do grupo Internacional Kinross. Essa característica foi nosso critério de escolha tanto para o Estágio de Vivência quanto para a pesquisa, visto que a mineradora está localizada dentro do espaço demarcado à comunidade remanescente de quilombo, o que gera relação entre elas.

Atualmente a prática do garimpo está extinta em São Domingos, não só por decisão da mineradora como por questões ambientais. Moram aproximadamente quatrocentas pessoas na

³ “Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394 de 1996 (LDBEN), que prevê a autonomia dos municípios para criarem seus próprios sistemas de ensino, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental ficam a cargo das administrações locais e se tornam responsabilidade do governo municipal. Nesse período, muitos municípios brasileiros optaram pelo processo de fechamento de várias escolas multisseriadas, que eram localizadas na zona rural, sob a justificativa de oferecer melhores condições educacionais na zona urbana. A esse processo foi dado o nome de Nucleação. A nucleação das escolas rurais se propagou pelo País por se constituir, segundo argumentação de seus idealizadores, em uma alternativa viável, ao oferecer recursos humanos e físicos mais adequados à aprendizagem” (EULÁLIO, 2014, p. 13).

comunidade, organizadas em 49 famílias. Algumas delas, oriundas da cidade, ali residem porque compraram lotes para construção de chácaras de veraneio, mas a comunidade original está no local há mais de trezentos anos.

São Domingos se mobiliza para manter suas tradições e luta pelo reconhecimento de sua identidade quilombola. Seus ensinamentos são repassados dos ancestrais (moradores mais antigos, herdeiros diretos dos povos quilombolas) para as pessoas mais jovens. A escola, que poderia auxiliar nesse processo, encontra-se fechada, e a comunidade sonha e busca sua reabertura. Entre os instrumentos de resistência estão a associação local e a fábrica de biscoitos.

Guerreiras por natureza, as mulheres de São Domingos têm protagonizado todas as melhorias na vida da comunidade. No século XIX o grupo ficou conhecido em Paracatu como “negro do buraco doce”, pela produção de doces e rapaduras. Elas desciam ao centro da cidade com tabuleiros na cabeça, e até hoje os doces são comercializados dessa forma. Um dos entrevistados relata:

A liderança da associação desde sempre são mulheres. E não sei por que, mas normalmente são sempre mulher. E acho que vai ser sempre assim, os homens são mais desanimados. Sempre as mulheres que têm vontade de melhorar. Nossa! Depois da criação das associações, já mudou muita coisa, já melhorou muita coisa. Aqui! No São Domingos tem muito protagonismo feminino, as mulheres criam aquela filharada sozinhas. E também tem muitas mulheres que sai pra luta e o marido fica em casa [risos]. (Entrevistado 2, 2016).

Percebemos que nem elas mesmas entendem o tamanho da força de sua ancestralidade, mas a sentem e expressam através de suas ações e lutas empreendidas na comunidade. Segundo Sodré (2010), a ancestralidade no campo do bem material pode ser vista como um patrimônio material ou espiritual, uma herança de determinado grupo ou universal que se perpetua enquanto memória concreta. Para o africano, portanto, o ancestral será um elemento venerado que deixará uma herança espiritual sobre a Terra, contribuindo para a evolução da comunidade ao longo de sua existência, e, pelos seus feitos, é tomado como referência ou exemplo.

Para Theodoro (2008), a mulher negra escravizada em terras brasileiras foi grande esteio da mulher branca, na medida em que criou condições de vida amena para ela no sistema escravista. Ela foi, nos primeiros tempos de “liberdade”, a viga mestra da família e da comunidade negra. No período inicial de liberdade, as mulheres negras foram forçadas a arcar

com o sustento moral e material de todos os outros. Sem condições de conseguir trabalho, ao contrário do que prometiam as perspectivas acenadas durante a campanha abolicionista, o homem negro ficou impossibilitado de prover o sustento da família, que foi amparada pela mulher negra. Em São Domingos não aconteceu diferente. Como comunidade rural de negros e negras livres, lá os homens cuidavam das roças, enquanto as mulheres trabalhavam em casas de família na cidade, lavavam roupas, comercializavam seus produtos e, no auge do ouro, até garimpavam.

No que tange à análise do papel social da mulher negra, não podemos deixar de trazer as contribuições do movimento feminista brasileiro, em particular o seu enegrecimento. Enegrecer o feminismo é um conceito utilizado pela pesquisadora e ativista negra Sueli Carneiro (2011), que designa a trajetória da mulher negra dentro do movimento feminista. Segundo Carneiro, o feminismo clássico eurocêntrico em muito difere das demandas da mulher negra, pois, embora coloque a mulher como sujeito de direitos, desconsidera o fato de que a mulher negra não sofre opressão somente por seu gênero, mas também por sua cor, portanto, uma dupla opressão.

Como não é possível pensar essas categorias de forma isolada e universal, em 1989 a pesquisadora Kimberlé Crenshaw formulou o conceito de interseccionalidade, segundo o qual as conceituações clássicas de opressão na sociedade – tais como racismo, sexismo, classismo, capacitismo, LGBTfobia e intolerâncias baseadas em crenças – não agem independentemente umas das outras, mas se inter-relacionam e criam um sistema de opressão que reflete o “cruzamento” de múltiplas formas de discriminação. A interseccionalidade é um paradigma importante no conhecimento acadêmico e em contextos mais amplos, como no trabalho de justiça social ou na demografia. Contudo, dificuldades surgem devido às muitas complexidades envolvidas nas “conceituações multidimensionais”.

A mulher negra carrega, assim, todas essas opressões, que precisam ser levadas em consideração para a efetivação dos seus direitos e para fazer cumprir a justiça social. No Brasil, essas mulheres cada dia mais estão em busca de reconhecimento e mostram a necessidade de políticas específicas para a equalização das oportunidades sociais.

Em São Domingos, ao longo dos anos, a mulher quilombola tornou-se protagonista da sua história e da qualidade de vida do seu povo. Buscou empreender por meio da fábrica de biscoitos – que gera emprego e renda –, além de vender mandioca, hortaliças, queijos, leite e rapadura. Essas mulheres lutaram por asfalto, água potável e escola antes de serem

reconhecidas como remanescentes de quilombolas. Resistem à mineração e à indiferença do Estado, como analisaremos adiante. Toda mulher quilombola é sinônimo de resistência que quebra o silêncio opressor e, no caso de São Domingos, converte a opressão em empoderamento e transformação social.

Segundo Schwarcz e Starling (2015, p. 115), os escravizados jamais abriram mão de serem agentes e senhores de suas vidas. Em primeiro lugar, criaram entre si laços de afeição, associações religiosas, sociais e em rede. As autoras consideram que lembrar e cultivar memórias, traços, vestígios e raízes culturais africanas foram ingredientes indispensáveis para formar a capacidade de resistência dos escravizados e de seus descendentes no Brasil, uma vez que não se convertem homens e mulheres em propriedades sem que eles mostrem sua capacidade de invenção e criatividade. Mais do que sobreviver, populações de ancestralidade africana que se fizeram locais perderam o caráter estrangeiro, driblando os rigores de um regime perverso e instituindo quilombos: casas ou lugares na mata onde se refugiavam os escravos fugidos e que se transformaram em abrigo de todos os que não encontravam espaço na sociedade.

Extensão: estágio de vivência quilombola

O projeto de extensão Estágio de Vivência Quilombola, iniciado em 2016 e desenvolvido até 2018, teve como objetivo geral imergir os licenciandos da UFU numa vivência intensiva com a comunidade, a fim de proporcionar-lhes experiências educativas que se dão no espaço da educação não formal, em diálogo com a formal. Essa vivência se deu por meio de rodas de conversas com a comunidade, bem como em momentos de integração cultural e social ao longo dos três dias do estágio. Os objetivos específicos consistiam em: a) formar até 100 estudantes de licenciaturas da UFU a partir de metodologias participativas baseadas nos saberes tradicionais de matriz africana no Brasil; b) promover o diálogo entre os saberes científicos adquiridos no âmbito das unidades curriculares de licenciaturas da UFU e os saberes ancestrais oriundos das comunidades quilombolas contempladas pelo projeto; c) fomentar ações interdisciplinares de formação de recursos humanos para ensino, pesquisa e extensão, visando melhorar a qualidade de vida e de educação nas comunidades quilombolas no Brasil, bem como nas universidades nacionais.

O projeto materializou umas das funções das universidade no século XXI. Segundo Santos (2010), só há universidade quando há formação graduada e pós-graduada, pesquisa e

extensão. Portanto, cabe à instituição oferecer alternativas nesses eixos, em prol da democratização do bem público universitário, ou seja, contribuindo na definição de soluções coletivas para problemas sociais, nacionais e globais. Nesse contexto, a extensão tem um papel muito especial: enquanto o capitalismo global pretende funcionalizar a universidade e transformá-la em uma vasta agência a seu serviço, é preciso conferir uma nova centralidade às atividades de extensão e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, com uma participação ativa na construção de coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, em defesa da diversidade cultural. Com certeza o projeto de extensão Estágio de Vivência Quilombola da UFU se constitui com essa finalidade.

Sobre os quilombos pós-Constituição Federal, não poderíamos deixar de ponderar os trabalhos da historiadora Beatriz Nascimento, uma das pesquisadoras negras que mais se dedicou ao estudo de quilombos brasileiros, ocupando-se do tema por quase 20 anos. Para ela, o quilombo assumia um significado amplo de resistência negra em diversos espaços (não somente físicos). Sua definição de quilombo contempla:

As formas de resistência que o negro manteve ou incorporou na luta árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica. No Brasil, poderemos citar uma lista destes movimentos que no âmbito social e político é o objetivo do nosso estudo. Trata-se do Quilombo (Kilombo), que representou na história do nosso povo um marco na sua capacidade de resistência e organização. Todas estas formas de resistência podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil. (NASCIMENTO, 1985, p. 41)

Os estudos sobre quilombo começam a despontar entre a intelectualidade brasileira especialmente a partir da década 1970, conforme Ratts (2007). O autor escreve a respeito da crítica que essa pesquisadora faz à historiografia sobre quilombos no Brasil, como em relação ao fato de existir “reduzido número de títulos dedicados ao tema, que eram em geral muito descritivos, e que generalizaram o termo quilombo a partir de situações como Palmares” (RATTS, 2007, p. 57). Falar de quilombos não é, portanto, aceitar ou somente expor termos e significados simplistas, que muitas vezes permeiam a academia, nem tecer considerações descompromissadas com a realidade desse grupo social. Falar de quilombos é evidenciar, dentre outros sentidos, a trajetória de vida de determinados grupos sociais no Brasil que, por fatores históricos e econômicos, foram forçados a resistir à obstinação política e econômica das classes dominantes, especialmente ao longo dos séculos XVII a XIX.

Antes de tudo, a formação histórica dos quilombos no território brasileiro perpassa sentimentos, dentre os africanos escravizados, de sujeição dolorosa nos navios negreiros,

afastamento mandatório de seus lugares de origem, tratamento enquanto mercadorias, servidão forçosa e alteração compulsória de hábitos originários da terra natal. Em contrapartida, diferentes formas de resistência foram aflorando, o que resultou, dentre outros eventos, na formação de quilombos, tradicionalmente entendidos como lugares de escravizados em fuga.

Outro problema envolve pessoas negras escravizadas outrora quilombolas: o que vem a ser, na concepção atual, remanescente de quilombola? Como definir? O Estado brasileiro, pelo artigo 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, considera remanescentes de quilombos os grupos étnicos e raciais, segundo critérios de autoatribuição, dotados de trajetória histórica própria, relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra e relacionados com a resistência à opressão sofrida. Identificadas como “remanescentes”, aquelas comunidades quilombolas, enquanto local de resistência, passam a ser reconhecidas como símbolo de uma identidade, de uma cultura e, sobretudo, de um modelo de luta e militância negra, conferindo positividade ao termo. Com efeito, assumir tais significados implica para a população a possibilidade de ocupar um novo lugar na relação com vizinhos e na política local, diante dos órgãos e das políticas governamentais, no imaginário nacional e, finalmente, no seu próprio imaginário.

A comunidade remanescente de quilombo São Domingos, com sua identidade constituída e reconhecida pela Fundação Cultural Palmares desde 2004, acolheu calorosamente a equipe de extensionistas da UFU. Compareceram às rodas de conversa aproximadamente trinta de seus membros, entre idosos, adultos, jovens e crianças (Imagem 1).

Imagem 1 – Rodas de conversa com a comunidade São Domingos, Paracatu-MG



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2016).

Nas rodas, houve momentos de total comoção, por exemplo, quando os estudantes da comunidade e seus familiares falaram de sua percepção sobre distância entre eles e a efetivação de políticas educacionais voltadas para educação quilombola. Constatamos que a maioria desconhecia os direitos e as políticas às quais poderia ter acesso como comunidade remanescente, entre elas, a educação escolar quilombola.

Maior importância de uma escola dentro da comunidade é a valorização das nossas origens. A educação valoriza muito a comunidade e se tivesse uma escola na comunidade teria maior participação dos pais com a vida escolar dos filhos; quando tinha a escola aqui dentro da comunidade os pais eram mais presentes e todo mundo sabia o que estava acontecendo dentro da escola. E dentro da comunidade a participação dos pais era bem maior. O professor ia na casa do aluno encontrar com os pais e com o aluno. [A escola era] Direcionada às crianças e aos pais, se o filho está precisando de um médico, ajudava. O professor se torna uma parte da família, se há um convívio familiar. (Entrevistado 1, 2016).

A presença de jovens universitários do grupo de Estágio de Vivência, com a mesma idade de alguns jovens da comunidade, que ainda não tiveram a mesma oportunidade de ingresso no ensino superior, incitou esses últimos a declarar que sua maior vontade é poder fazer faculdade. Mesmo que, em Paracatu, contem com duas instituições públicas de ensino superior – a Universidade Estadual de Montes Claros, com dois cursos, Pedagogia e Agronegócios; e o Instituto Federal do Triângulo Mineiro, também com dois cursos, de Engenharia Elétrica e de Análise e Desenvolvimento de Sistemas – os jovens da comunidade ainda enfrentam obstáculos para realizar esse sonho.

Ouvimos relatos sobre a dificuldade de crianças e jovens chegarem às escolas, que atualmente se localiza fora de São Domingos. Falha no transporte escolar e inexistência de veículos para crianças com deficiência estão entre os problemas que prejudicam a frequência dos alunos. Apenas dois jovens remanescentes de quilombolas frequentam hoje a UFU, com dificuldades financeiras devido aos gastos com transporte, moradia e alimentação. Eles desconheciam seu direito à *bolsa permanência* oferecida para alunos quilombolas, o que denota falta de informação sobre os recursos disponíveis. Os moradores mais idosos (Griôs), por sua vez, apresentaram receio perante as ações da universidade, pois, segundo eles, “só levam da comunidade e não deixam nada”. Isso se deve ao fato de muitas pesquisas acadêmicas de campo interferirem nas comunidades sem lhes dar nenhum retorno quanto aos resultados obtidos; ou seja, não contribuem diretamente para melhorar as condições de vida das populações estudadas.

Mesmo assim, as rodas de conversa foram realizadas com efetiva participação dos moradores, com os quais aprendemos muito sobre cultura quilombola e conhecemos diversos temas sociais que os afetam. Dentre eles, destacamos o racismo institucional,⁴ gerador da maioria das dificuldades encontradas por aquela comunidade. Entendemos que qualquer sistema de desigualdade baseado em raça pode ocorrer em órgãos públicos governamentais, corporações empresariais privadas e universidades, instituições presentes em Paracatu.

As conversas entre a equipe extensionista e a comunidade demonstraram um choque de realidades. Alunos e alunas da UFU envolvidos no projeto manifestaram um misto de curiosidade, indignação, alegria e tristeza. Essa condição nos fez lembrar a percepção de Pierre Bourdieu ao entrevistar dois jovens suburbanos na França:

Eu não tinha que fazer força para compartilhar do sentimento, inscrito em cada palavra, cada frase, e sobretudo no tom da voz, nas expressões faciais ou corporais, da evidência desta espécie de miséria coletiva que fere, como uma fatalidade, todos aqueles que estão amontoados nos lugares de rejeição social... talvez, do efeito de destino que está inscrito na pertença a um grupo estigmatizado (BOURDIEU, 2008, p. 85).

Semelhante à descrição de Bourdieu, com o I Estágio de Vivência fomos tomados de inúmeras inquietações, o que nos incentivou a buscar soluções para os problemas sociais apontados pela comunidade. Inspirou-nos, ainda, a escolha pela pesquisa-ação como parte da metodologia investigativa no mestrado acadêmico. Essa opção metodológica serviu de ponte para atuação na comunidade, envolvendo todos e todas na tentativa de equalizar os problemas vivenciados. Optar por uma pesquisa-ação, segundo Dionne (2007), implica atender a dois objetivos específicos e simultâneos: cumprir uma tarefa de pesquisa, desenvolvendo e sistematizando um conhecimento; e desdobrar uma tarefa de ação para modificar uma situação em particular.

Pesquisa-ação: educação e cultura quilombola para além da educação escolar

A educação formal é desenvolvida nas instituições voltadas a esse fim, como escolas, centros educacionais, institutos de ensino, faculdades, universidade etc., cujas atividades são regulamentadas pelos Sistema Nacional de Ensino.

⁴ “O conceito de Racismo Institucional foi definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, para especificar como se manifesta o racismo nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições. Para os autores, ‘trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica’” (GELEDÉS, 2015, p. 11).

Em São Domingos, essa educação se desenvolveu durante algum tempo na instituição localizada dentro da comunidade, a E. M. Severiano Silva Neiva, que nasceu da luta de um de seus moradores, Manoel Lopes dos Reis, segundo informação de entrevista em pesquisa anterior (FRANCO, 2008, p. 14): “Naquele tempo ele se preocupava muito com a educação da comunidade, pois não havia escola próxima, então montou a escola na sacristia da igreja, e a primeira professora foi Malfiza Lopes, que, com apenas quatorze anos e com a quarta série, alfabetizou a maioria da comunidade”.

A escola foi criada pela Lei Municipal nº 1.021/1981, com sede na sacristia da igreja local. Em 1984 ganhou sede própria, em local de destaque na comunidade, em frente à igreja e ao lado do cemitério. Contava apenas com duas salas de aula, banheiros e uma cozinha, onde trabalhavam duas professoras e uma cantineira, contratadas pelo poder público municipal, mas não havia diretor/a ou pedagogo/a.

A escola recebeu esse nome em homenagem ao Tenente Severiano Silva Neiva, membro da família Silva Neiva, uma das mais tradicionais da cidade, mas que nada tinha em comum com São Domingos. Por isso, a comunidade muitas vezes solicitou da Câmara Municipal de Vereadores a mudança de nome para Manoel Lopes dos Reis, seu idealizador, mas sem sucesso. A escola, conquistada pela comunidade esteve presente em seu coração, presenciando todas as relevantes mudanças, desde a crise do garimpo à certificação como comunidade quilombola, emitida e publicada no Diário Oficial da União em 2004.

Em 2008, em seu último ano de funcionamento, a instituição possuía 21 alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, divididos nas duas salas. Das duas professoras que compunham o corpo docente, uma trabalhava há menos de um ano na escola e a outra, há mais de dez anos. Nenhuma pertencia à comunidade.

Como era comum às escolas rurais da época, turmas multisseriadas ocupavam as duas salas, com alunos de diferentes níveis de aprendizagem e uma única professora, que atendia estudantes de até três séries escolares. Segundo entrevistados/as, essa organização desagradava alguns membros da comunidade, que consideravam não atender as necessidades educacionais dos discentes. Por isso muitos deles preferiam estudar na cidade, tanto nos anos iniciais quanto nos finais do ensino fundamental, assim como faziam os que cursavam ensino médio.

Após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996), que deu autonomia para os municípios criarem e administrarem seus próprios sistemas de ensino nas etapas da educação infantil e no ensino fundamental, muitos “optaram pelo processo de fechamento de várias escolas multisseriadas, que eram localizadas na zona rural, sob a justificativa de oferecer melhores condições educacionais na zona urbana” (EULÁLIO, 2014, p. 13). Com esse processo, denominado nucleação, a escola da comunidade se tornou, a partir de 2005, extensão da Escola Municipal Antônio Ribeiro, localizada a aproximadamente 5 km de São Domingos, onde funcionou até 2008, sob a supervisão da Secretaria Municipal de Educação (SME).

O ofício de encerramento definitivo das atividades é o único documento encontrado na SME sobre a E. M. Severiano Silva Neiva. Não se sabe ao certo onde estão os arquivos da instituição desativada. O documento mostra que também já houve uma escola de educação infantil na comunidade, com o nome Pré-Escolar Municipal Cinderela, que não tem portaria de autorização nem de paralisação. O ofício revela uma grande coincidência: as escolas foram desativadas no mesmo ano da alteração da LDB pela Lei 10.639/2003, que entra em vigor no dia 9 de janeiro; o ofício da SME é de 25 de setembro de 2003. Em 2009, a Escola teve suas atividades totalmente paralisadas.

Imagem 2 – Área externa da E. M. Severino da Silva Neiva, Paracatu-MG, desativada em 2009



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2017).

Como se nota na Imagem 2, a E. M. Severino da Silva Neiva se encontra fechada e com muros pichados, provavelmente como sinal de resistência da comunidade, pois é o único local coletivo depredado, um espaço que lhes foi negado. Contudo, tanto os moradores mais antigos como as lideranças atuais se mostraram muito preocupados com a escolarização da

comunidade. Segundo a Entrevistada 1 (2016), “a escola dentro da comunidade era muito importante, pois as famílias estavam mais próximas da vida escolar dos seus filhos”.

A realidade dos estudantes em São Domingos é bem diferente com a escola totalmente paralisada, que teria potencial para desenvolver a educação escolar quilombola de acordo com as políticas educacionais vigentes a partir de 2012. Os alunos estão dispersos em várias escolas regulares e especiais não quilombolas, que muitas vezes desconhecem a origem deles, tidos como alunos de zona rural. Essas unidades da rede pública de ensino são: E. E. Olindina Loureiro – ensino fundamental e médio; E. M. Coraci Meireles – ensino fundamental; E. E. Antônio Carlos – ensino fundamental e médio; E. E. Dr. Sérgio Ulhôa – anos iniciais do ensino fundamental; E. E. Temístocles Rocha – ensino fundamental; E. M. Chapeuzinho Vermelho – educação infantil; E. E. Dr. Virgílio de Melo Franco – ensino fundamental e médio; E. E. Afonso Arinos – ensino fundamental; Escola César Brochado Adjunto (APAE) – ensino especial.

A rotina atual desses/as estudantes é ir ao ponto de ônibus às seis horas da manhã e ao meio-dia para pegar o transporte escolar. Em horário de verão, observamos jovens e crianças de diferentes idades esperando ônibus no escuro. Estudantes do ensino fundamental são deixados na porta da escola quarenta minutos antes de ela abrir, onde aguardam sozinhos, sem nenhuma supervisão de adultos; alunos e alunas do ensino médio, por sua vez, são deixados/as até três quarteirões distantes da escola. A volta é ainda mais penosa: é preciso ir para pontos determinados pelo motorista.

A presença do Estado e das políticas educacionais se materializa para estudantes de São Domingos exclusivamente por meio do transporte escolar, que viabiliza acesso à educação básica, mas em escolas com currículos que não abordam a perspectiva quilombola. A Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, todavia, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, com os seguintes objetivos:

III – assegurar que as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus processos próprios de ensino-aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico;

IV – assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas quilombolas e das escolas que atendem estudantes oriundos desses territórios considerem o direito de consulta e a participação da comunidade e suas

lideranças, conforme o disposto na Convenção 169 da OIT [...]. (BRASIL, 2012).

A Resolução prevê, portanto, que todas as escolas que atenderem estudantes quilombolas devem adequar seus currículos às políticas educacionais específicas – apesar de não serem consideradas escolas quilombolas, pois não estão em território da comunidade. A pesquisa documental nos regimentos e nos projetos político-pedagógicos (PPP) demonstrou que a maioria das escolas onde estudam moradores/as de São Domingos não contempla a educação escolar quilombola. Embora atentem para a Lei nº 10.639/2003, muitas delas desconhecem a Resolução 8/2012.

Em Paracatu, apesar das cinco comunidades quilombolas reconhecidas, há apenas quatro instituições municipais cadastradas como escolas de educação quilombola, situadas na zona rural do município. A E. M. Prof^a Maria Trindade Rodrigues fica na comunidade vizinha, a Lagoa de São Antônio, onde 90% dos estudantes são negros ou pardos; a Creche São Sebastião situa-se no povoado de São Sebastião; e a E. M. Afonso Novais Pinto, na comunidade do Cercado. Pesquisas documentais nessas escolas revelaram que mesmo estando em território quilombola nenhuma possui PPP voltado à educação quilombola nem trabalha as diretrizes específicas para essa temática. Na SME não existe nenhum servidor responsável por essa área, apenas uma funcionária que responde pela educação quilombola no eixo de inclusão escolar.

Considerando que a educação é um dos direitos humanos básicos para a formação da pessoa, os membros da comunidade São Domingos, com todas as dificuldades citadas, continuam lutando não só pelo direito ao acesso, mas principalmente por condições de permanência, de bom aproveitamento e pela possibilidade de construir uma escolarização que contemple sua identidade, sua cultura, seus valores. Exemplo disso é a cobrança da comunidade, desde 2014, para que a Câmara Municipal pressione o Executivo Municipal a implantar uma creche no prédio da já citada E. M. Severino da Silva Neiva.

O processo educacional, segundo classificação de Gohn (2004, p. 40), inclui a educação informal e a não formal. A primeira é transmitida pela família, no convívio com amigos em clubes, teatros, leituras e outros espaços, ou seja, decorre de processos naturais e espontâneos. Já a segunda ocorre quando existe intenção de determinados sujeitos em criar ou buscar determinados objetivos fora das instituições de formação.

Como processo de construção de conhecimentos que contribui para o desenvolvimento cognitivo e comportamental da comunidade, a educação pode ocorrer em diferentes circunstâncias. As comunidades quilombolas são, nesse sentido, símbolos de ancestralidade e resistência que promovem o processo educacional. Ancestralidade na educação é, por sua vez, transmitir o saber através da oralidade, atuando no campo da memória individual e coletiva.

A oralidade se tornou para os quilombolas fonte de transmissão e construção do conhecimento, haja vista que eram proibidos de frequentar escolas. Além disso, a bibliografia sobre suas memórias e histórias ainda é restrita e o espaço escolar se mostra, até o presente, indiferente a essa realidade. Foi, portanto, por meio da oralidade que esses grupos mantiveram suas tradições vivas. Em São Domingos os quintais são espaços de aprendizagem ancestral. Segundo Silva (2010), que realizou pesquisa de campo na mesma comunidade, os quintais revelam aspectos da cultura material: a horta cultivada neles complementa a alimentação cotidiana, sendo também lugar de plantas medicinais, árvores frutíferas e da criação de aves. Além disso, constituem espaços da socialização, de brincadeiras infantis, da família que nos finais de tarde, muitas vezes à porta da cozinha, senta-se para conversar e partilhar experiências. Marin e Castro (2004, p. 90) observam cenário semelhante em experiência social de grupos negros no Pará:

Em termos de exploração de espécies, o quintal é o local mais representativo, por ser o espaço privilegiado pelas famílias: é o lugar da sociabilidade, da afirmação, das relações intergeracionais, das brincadeiras, da aprendizagem, do cuidado com as plantas e da demonstração das habilidades. Os cuidados com o quintal redundam em recursos múltiplos usados na alimentação, na saúde e no trabalho artesanal.

O quintal é importante para os moradores de São Domingos tanto pela proximidade entre as residências quanto pelo cultivo dos produtos. O espaço exige dedicação das donas de casa e dos/as filhos/as, que precisam mantê-lo capinado e limpo. A combinação do saber/fazer e o repasse para as novas gerações tem sido primordial para a preservação das práticas culturais dos remanescentes, garantindo a persistência da arte de plantar, pois é das roças e dos quintais que retiram grande parte do sustento familiar.

Como aludimos, além de hortaliças e árvores frutíferas, são comuns nos quintais as plantas de uso medicinal. Os moradores de São Domingos sempre se valeram das plantas que curam. Segundo moradores/as, essa é uma tradição seguida de uma geração a outra, mas que exige conhecimentos repassados através da oralidade e ensinamentos dos mais velhos. Raizeiros, benzedeiros e a arte de produzir rapadura são outras tradições passadas em roças e quintais da

comunidade. O valor e o trabalho com a terra são de suma importância para essas pessoas. Crianças aprendem desde cedo a utilizar a terra e sobreviver dela. O estudo contemporâneo das comunidades quilombolas passa antes de tudo pela memória e pelo valor da terra, já que elas estabelecem uma “relação exclusiva com o território que ocupam” (O’DWYER, 1999, p. 142), e a memória constitui a história desses grupos étnicos, pois é por meio dela que podemos identificar informações do passado no presente.

No entanto, segundo Gusmão (1999), a narrativa desses grupos na atualidade fala de luta, dor, história, memória, tradição, de suas vidas e do direito de “ser gente”. Esse ser gente significa quebrar a invisibilidade, obter a garantia de direitos sociais e, mais do que isso, possuir terra, pois ela tem significado singular e profundo para as comunidades negras rurais, já que é na relação com a terra que edificam suas vidas e suas identidades, tão plurais quanto suas trajetórias. Terra e memória são elementos indissociáveis no bojo dessa discussão. A aprendizagem no cultivo faz parte da identidade étnica da comunidade desde cedo.

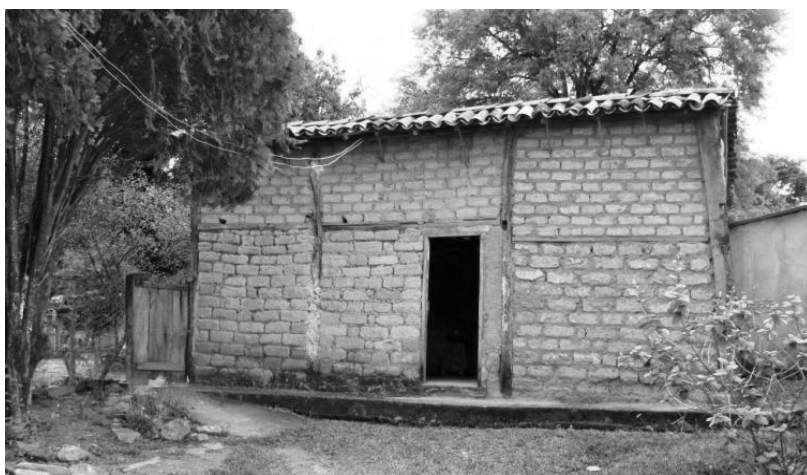
Para Silva (2010), os moradores de São Domingos relataram os conhecimentos adquiridos acerca da natureza e de sua influência sobre o meio, os quais foram repassados por seus pais e avós. Afirmam ser ela o meio pelo qual se orientam para as atividades do dia a dia na lida com a terra e no plantio. A natureza é seu referencial para definir o tempo das secas, das águas, a orientação para atividades na roça, a época de plantar cada espécie, da capina, das colheitas, do corte de madeira etc. Ao falarem do seu passado, geralmente os narradores o relacionam com o tempo da natureza, que por sua vez está associado à vontade divina.

As referências à lua, sua interferência na natureza e influência em vários aspectos da vida dos narradores também foram significativas nas entrevistas. Eles relacionam as fases lunares a vários efeitos, tais como o período indicado para cortar cabelos, o nascimento de crianças, sinais que eles leem e interpretam. O repasse das culturas ancestrais através da história oral é assim reafirmado:

A educação escolar hoje dentro da comunidade é fraca, não existe. Pois é, a comunidade não tem sua própria escola e a educação cultural é feita dentro de casa. E a comunidade tem um local que recebe turista que é na casa do seu Aureliano e as crianças gostam muito de ouvir as histórias e o restante é os pais que vão passando dos filhos mesmo. (Entrevistado 2, 2016)

A casa do seu Aureliano é hoje Casa do Quilombo, uma pequena residência de adobe, também carinhosamente chamada de museu do quilombo. Pertence ao ancestral da comunidade, de 105 anos, e pode ser observada na Imagem 3.

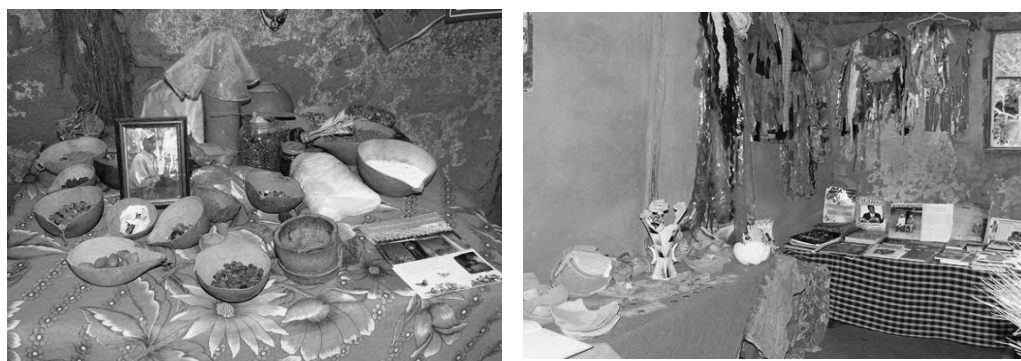
Imagem 3 – Museu Casa Quilombola na comunidade São Domingos, Paracatu-MG



Fonte: Visite Paracatu (2016)

No quintal do pequeno museu, o dono da casa e suas filhas contam histórias de como era a vida da comunidade e aconselham crianças e jovens. A casa tem três cômodos, que guardam um pouco da memória da comunidade: sementes crioulas,⁵ livros, roupas da dança da carretada, panelas, lembranças da mineração, cachimbos etc., como pode ser visto na Imagem 4:

Imagem 4 – Museu Casa Quilombola na comunidade São Domingos, Paracatu-MG



Fonte: Visite Paracatu (2016).

Além de membros da comunidade, o museu recebe visitantes de todo o mundo, tornando-se ponto turístico da cidade. Para os turistas é cobrada uma pequena taxa de visitação, com a finalidade de contribuir para a manutenção do espaço.

⁵ Segundo a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, “por denominação, as sementes crioulas são variedades desenvolvidas, adaptadas ou produzidas por agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, com características bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades. De acordo o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead), essas sementes, passadas de geração em geração, são preservadas nos muitos bancos de sementes que existem no Brasil”. Disponível em: <http://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/454148/> Acesso em: 13 out. 2019.

Em 2017 os proprietários do museu foram convidados a fazer parte do Conselho Municipal de Turismo. São Domingos possui outros pontos turísticos coletivos, como a Trilha do Ouro, a Pedreira da Cachoeira, a Casa da Moagem de Cana-de-Açúcar e o Café do Quilombo, onde é comercializado o café produzido na fábrica de biscoitos, coordenada pelas mulheres da comunidade.

Além desses espaços, há também o Centro Comunitário Cristina Coutrim (Imagem 5) – nomeado em homenagem a uma liderança feminina local, que lutou muito por melhorias para a comunidade. Ali são ministradas aulas de informática, pingue-pongue, capoeira, tranças e todos os cursos propostos pelos diversos parceiros da comunidade. O Centro fica ao lado da igreja, em frente à escola desativada e ao cemitério. Sua atual liderança, também feminina, está lutando para incluir no espaço uma biblioteca comunitária. O nome e a liderança do Centro Comunitário já são indícios de empoderamento e valorização da identidade étnica dos/as moradores/as.

A Imagem 5 mostra o prédio do Centro Comunitário, em bom estado de conservação, com espaço que atende à demanda da comunidade, bem localizado para acesso de todos os membros de São Domingos.

Imagem 5 – Centro Comunitário Cristina Coutrim, São Domingos, Paracatu-MG



Fonte: Arquivo pesquisadora (2016).

Entre as atividades do Centro Comunitário, observamos também sinais de empoderamento com adolescentes e crianças realizando transição capilar: procedimento no qual, através das tranças, elas tiram a química que alisa os cabelos e assumem seus cabelos crespos. Na perspectiva da Entrevistada 1 (2016):

Eles aprendem sobre identidade através da luta e de ver a luta da Associação, nas escolas e principalmente em casa. E a mídia hoje influencia muito, antes o povo usava só cabelo escorrido e hoje todo mundo quer assumir seu cabelo. [...] Ser quilombola para te ser sincera, no início eu não me sentia bem não. Mas hoje eu já vejo como uma qualidade. É uma qualidade que nós temos. Embora não somos valorizados. É uma qualidade, é uma coisa que nos diferencia, por exemplo, não é eu ser uma preta, eu ser uma preta quilombola. Mesmo que a gente não tenha feito muito, mas teve alguém que fez por nós. Vejo que quilombola hoje é uma qualidade.

Segundo uma das líderes comunitárias, nos últimos anos a mídia também tem servido de espaço de empoderamento. Estão disponíveis na internet inúmeros vídeos, reportagens e *blogs* que contam a história de São Domingos.⁶ As redes sociais, segundo ela, também têm ajudado a fortalecer a afrocidadania através de páginas e grupos de WhatsApp. Exemplo disso é o Juventude Quilombola, um grupo nacional de jovens que se articulam em prol de melhorias para suas comunidades, e páginas no Facebook como Kilombagem, Negras e Empoderadas, Afroguerrilha, Quilombação, MGQuilombo e Movimento do Orgulho Crespo, entre outras. O Cyberquilombo, um projeto online de formação livre que mistura africanidade e cultura digital, produz e publica videoaulas de livre acesso na internet, com pessoas de destaque em campos como filosofia, música, dança e literatura negra, promovendo a reflexão sobre a importância da sua participação na sociedade.

A educação quilombola não é, portanto, responsabilidade exclusiva da escola, mas um dos eixos que compõem o processo de aprendizagem. Assim, os espaços de educação não formal foram e são de fundamental importância para o empoderamento e a sobrevivência da Comunidade Quilombola São Domingos.

Diante dos desafios expostos, executamos colaborativamente durante a pesquisa as seguintes ações para melhorar a qualidade de vida dos(as) moradores(as) da comunidade: convênio entre UFU e Prefeitura Municipal para oferecer curso de capacitação de professores das relações étnico-raciais; encaminhamento para lideranças locais do *Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas*; transporte escolar para a aluna com deficiência; orientação de dois estudantes da comunidade, que estudam na UFU em Uberlândia, para solicitarem o auxílio permanência quilombola (em dois meses os estudantes já estavam recebendo a bolsa); capacitação para educação escolar quilombola para professores e palestra sobre empoderamento para os estudantes na E. E. Olindina Loureiro; participação no I Encontro Municipal de Vivências Quilombola; I Curso de formação de Professores para Educação para

⁶ Disponíveis em: https://www.youtube.com/results?search_query=s%C3%A3o+domingos+paracatu. Acesso em: 13 out. 2019.

Relações Étnico-Raciais e Educação Quilombola da Rede Municipal, intitulado “Paracatu nas cores da África”; palestra e mobilização para I Conferência Regional de Promoção da Igualdade Racial; orientação para reestruturar o Conselho de Promoção da Igualdade Racial, que se limitava ao texto da lei desde 2004; palestra na cerimônia de posse do Conselho de Promoção da Igualdades Racial; curso de Aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) ; acesso ao ensino superior através de bolsa estudantil em faculdade particular local para estudantes quilombolas; compromisso com Agenda Afirmativa entregue às lideranças governamentais locais, em audiência pública sobre violação de direitos das comunidades negras e quilombolas paracatuenses.

Um dos membros da comunidade assim manifestou o significado das ações extensionistas para eles(as), no seguinte depoimento:

A gente fica até emocionado pensando se adianta tanta luta hoje para um futuro melhor. Quando a gente viu os alunos emocionados por terem conseguido a bolsa na faculdade com ajuda de parceiros que a gente tem, uma ajuda nesse projeto, a gente fica emocionado. E quando a gente abre as portas para a universidade levar a nossa história para ser escola e em outros lugares a gente percebe que vai haver um futuro melhor. (Entrevistado 1, 2016)

A ação mais comemorada entre os moradores da comunidade foi o convênio com a Faculdade Noroeste de Minas (Finom); os/as moradores/as que desejarem fazer um dos doze cursos oferecidos pela Finom terão 80% de desconto nas mensalidades. A solicitação das bolsas foi intermediada pelo estágio, e o convênio foi firmado entre a presidente da Associação Remanescentes de Quilombolas e o diretor da Finom. Isso porque a maioria dos jovens não tem condições financeiras de se deslocar para frequentar uma instituição pública de ensino superior.

A parceria entre a Associação e os agentes externos da terceira via vem sendo muito utilizada pela comunidade, mas percebemos certo desânimo por parte dos moradores perante essas instituições, devido à descontinuidade das ações. Como pesquisadores, também nos deparamos com a resistência da comunidade, pois, segundo ela, muitos levam seus conhecimentos para a academia e nada deixam para a comunidade. Foi dessa demanda que surgiu o I Projeto de Extensão Estágio de Vivência, abordado na seção anterior.

Outra forma de resistência que a comunidade utiliza é a educação pública. Mesmo não tendo uma escola em seu território, todas as crianças e adolescentes a frequentam na idade

adequada. Apesar da proximidade com a cidade e de o poder público municipal tentar mudar o zoneamento da comunidade de rural para urbano, a Associação e os membros de São Domingos não concordaram, visto que perderiam o transporte gratuito de estudantes, pois a legislação determina que o transporte é oferecido apenas para alunos da zona rural. Segundo relato de um entrevistado,

A educação escolar dentro da comunidade ela não acontece. Avançou a escolaridade, mas, pelo fato de não ter na comunidade eles não pararam de estudar continuam estudando mesmo com muita dificuldade. Hoje eu vejo que já temos até universitário. Já temos pessoas formadas e a educação sempre foi uma preocupação para comunidade. (Entrevistado 2, 2016).

A educação é tão importante para a comunidade que todos os moradores com renda financeira maior têm filhos e netos cursando o ensino superior ou já formados. Os filhos das duas líderes comunitárias também são universitários, e um deles cursa Direito. Uma das ações solicitadas com a parceria do estágio foi exatamente sobre bolsas para o ensino superior. A negação desse direito vivida pela comunidade São Domingos reabre o debate sobre direitos à diferença no contexto universal: até que ponto é possível pensar os direitos universais quando eles não abrangem de modo universal os humanos existentes?

Por meio da Associação Comunitária, São Domingos resiste à indiferença do Estado, à falta de emprego, de saneamento básico, de energia e lazer. Resiste ao fechamento da escola e à desvalorização de sua história através de seus quintais, benzedoiras, da casa quilombola. E envia crianças e jovens para a escola, mesmo sabendo que o transporte os(as) deixa na porta uma hora antes dela abrir. Resiste aos conflitos internos, procurando consenso para viver melhor a cada dia. E resiste buscando parcerias com quem pode auxiliar a comunidade.

Como o Plano Nacional de Extensão Universitária apresenta forte preocupação acadêmica com a geração de conhecimentos construídos junto com o saber popular, que proporciona o desenvolvimento do senso de cidadania e justiça social (FORPROEXT, 2001), buscamos, na medida do possível, dar assessoria à comunidade, inspirados nos princípios do Quilombismo de Abdias do Nascimento (2002, p. 262) para: “reconstruir no presente uma sociedade dirigida ao futuro, mas levando em conta o que ainda for útil e positivo no acervo do passado”.

Para o autor, é preciso codificar a experiência do negro, sistematizá-la, interpretá-la e tirar desse ato todas as lições teóricas e práticas conforme a perspectiva exclusiva dos interesses das massas negras e suas respectivas visões de futuro, que ele chamou de “edificação da

ciência histórico-humanista do quilombismo” (NASCIMENTO, 2002, p. 348). Nesse sentido, acreditamos que a dinâmica do quilombismo se articula aos diversos níveis da vida coletiva, cuja dialética interação propõe e assegura a realização completa do ser humano. A turma do I Estágio de Vivência Quilombola tentou, em parceria comunidade-universidade, construir pontes para a emancipação social de São Domingos, contemplada por esta pesquisa-ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolarização para pessoas negras ainda é difícil, apesar de alguns avanços em políticas educacionais e ações afirmativas. Contudo, foram anos demais fora do ambiente escolar; desde as primeiras escolas brasileiras, trazidas pelos jesuítas em 1.540 até a abolição da escravatura, foram 348 anos. E mesmo no pós-abolição, essas pessoas também não encontraram lugar na escola, e lá se foram mais de 100 anos até a Constituição de 1988, a primeira a abordar os direitos dos povos quilombolas e também a garantir educação para todos como dever do Estado e direito cidadão.

Em 2018 as comunidades quilombolas do Brasil, tanto as reconhecidas quanto as não reconhecidas, sofreram com a votação da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.239, no Supremo Tribunal Federal (STF), que invalida o Decreto 4.887/2003, o qual garante titulação de terras ocupadas por remanescentes de quilombolas. As comunidades lutaram para convencer os ministros sobre a legalidade e o direito de reparação social. No final, saíram vitoriosas, com a constitucionalidade do Decreto reconhecida.

Por tudo isso, ainda há muito a reparar com políticas de ações afirmativas educacionais para que negro não só frequente a escola, mas também se realize nela. O reconhecimento de São Domingos como comunidade remanescente de quilombo também veio de fora, pois uma das lacunas do passado é que nós, negros(as) e quilombolas, não sabemos quem somos; nossa identidade nos foi negada. A extensão universitária, o ensino e a pesquisa são indissociáveis na construção de uma educação antirracista e contra-hegemônica, levando a universidade e seus estudantes para vivenciarem diferentes realidades sociais e, ao mesmo tempo, auxiliando a reafirmação de identidades diversas.

A pesquisa de campo permitiu ver que o empoderamento tem acontecido mais para completar o reconhecimento coletivo como remanescente, e que a educação escolar quilombola teria papel primordial nisso, pois poderia contribuir para melhorar a autoestima de moradores(as),

promovendo seu reconhecimento positivo e sua importância como símbolo da resistência nacional e detentora de saberes ancestrais.

A partir da pesquisa documental foi possível constatar a escassez de SME em Minas Gerais que conhecem as diretrizes e procuram desenvolvê-las. Destaca-se a SME de Paracatu, que, mesmo com cinco comunidades quilombolas na cidade, não desenvolve ações voltadas para essas diretrizes. Percebemos o mesmo nas escolas.

A efetivação das políticas para educação quilombola é possível, como mostram alguns casos de sucesso no Brasil, e é desejo dos quilombolas, mas ainda falta vontade dos poderes públicos para isso. Em Paracatu, já temos a lei, mas precisamos da ação municipal e estadual.

A educação escolar quilombola em São Domingos ainda se mostra um sonho possível, com a escola fora da comunidade. Na E. E. Olindina Loureiro, mais próxima da comunidade, a pesquisa-ação iniciou os trabalhos pedagógicos de acordo com as diretrizes curriculares, a reestruturação do PPP e a adequação de projetos de ensino com a temática quilombola, supervisionados em audiência pública. A SME iniciou o curso de capacitação de professores para relações étnico-raciais e educação escolar quilombola.

Apesar da presença da materialidade do Estado neoliberal e da exploração na comunidade, São Domingos resiste e reexiste, na luta através da Associação de Moradores liderada por mulheres quilombolas, que trazem ancestralidade e amor por sua comunidade no sangue e nas ações.

Essa análise mostrou outros espaços de educação, e o resultado mais relevante das ações do estágio foi o auxílio no empoderamento da comunidade, confirmando uma das metas da política de extensão universitária: contribuir para a justiça social no país. Em projetos como esse, a universidade avança do campo teórico para a práxis educativa, e no caso dessa pesquisa-ação, os frutos já estão sendo colhidos nos dois anos de parceria com a comunidade. Hoje há estudantes no ensino superior que não tinham nenhuma perspectiva de continuar os estudos, seja em instituições privadas ou públicas; dois deles estão na UFU, alguns com bolsa permaneciam e outros com convênio firmado com a Finom, pois as faculdades públicas do município possuem poucos cursos.

Só poderemos mensurar a dimensão dessas ações no futuro. Em curto prazo, a Secretaria Estadual de Educação liberou em seu plano de atendimento a Paracatu a construção da primeira escola estadual de educação quilombola. Também conseguimos acesso de uma

estudante à escola especial. Essas ações são resultado da união entre universidade e comunidade, contribuindo de forma ímpar para que São Domingos conhecesse sua história, incentivando a educação (formal e não formal), empoderando a comunidade a ir em busca dos seus direitos, legitimando a extensão universitária e articulando os interesses científicos aos sociais.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, J. M. P. A. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: EDUSC, 2006.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2004.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27883, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2001.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2003a.

BRASIL. Lei nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 4, 21 nov. 2003b.

BRASIL. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 21 nov. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 26 jun. 2014.

CARBONARI, M. E. E.; PEREIRA, A. C. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, Londrina, v. 10, n. 10, p. 23-28, 2007.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Geledés**: Instituto da Mulher Negra, São Paulo, 6 mar. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 13 out. 2019.

DIONNE, H. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Brasília, DF: Líber Livro, 2007.

EULÁLIO, W. E. S. **As implicações do processo de nucleação das escolas rurais de Montes Claros (1997-2013):** contradições, desafios e perspectivas. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

FORPROEXT –FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

FRANCO, L. L. S. G. **O currículo escolar e a preservação da identidade na Comunidade Quilombola São Domingos**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal de Montes Claros, Paracatu, 2008.

GADOTTI, M. Extensão universitária: para quê? **Instituto Paulo Freire**. 15 fev. 2017. Disponível em: <https://cirandas.net/instituto-paulo-freire/blog/extensao-universitaria-para-que>. Acesso em: 13 out. 2019.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio/ago. 2004. Doi: 10.1590/S0104-12902004000200003.

GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Guia de enfrentamento do racismo institucional**. São Paulo: Ibraphel, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRADUANDOS DA UFU visitam quilombo do São Domingos. 2016. 1 vídeo (3'57 min). Publicado pelo canal MB News. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pr32YYFg35c&list=PL_wxDaoI7AdkgsRrctc2Pzv8hqncqL4Xx. Acesso em: 17 out. 2019.

GUSMÃO, N. M. M. Herança Quilombola: negros, terras e direitos. *In*: BARCELAR, J.; CAROSO, C. (org.). **Brasil: um país de negros?** Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. D. A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

NASCIMENTO, M. B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodíaspóra**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 6-7, p. 41-49, 1985.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares; Rio de Janeiro: OR, 2002.

O'DWYER, E. C. A construção da várzea como problema social na região do Baixo Amazonas. *In*: LIMA, D. (org.). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: Ibam; ProVárzea, 2005.

PACHECO, L. **A pedagogia Griô**: educação, tradição oral e política da diversidade. São Paulo: Diversitas: Edusp, 2006.

RATTS, A. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto Kuanza, 2007.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, V. J. **Quilombo de São Domingos**: história e identidade étnica 1980-2010. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SODRÉ, J. **Da diabolização à divinização**: a criação do senso comum. Salvador: Edufba, 2010. v. 1.

THEODORO, H. Mulher negra, cultura e identidade. *In*: NASCIMENTO, E. (org.). **Guerreiras de natureza**. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 85-95.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1998. (Coleção Temas Básicos de Pesquisa-Ação).

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set.-dez. 2005. Doi: 10.1590/S1517-97022005000300009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Submetido em 17 de junho de 2019.

Aprovado em 31 de outubro de 2019.